

Parecer jurídico nº 25/2024

Referência: Projeto de Lei Ordinária 21/2024

Autoria: Vereador Júlio Cesar Ribeiro

Ementa: *Denomina “Lazara de Souza Ferreira” a estrada vicinal do Bairro Dona Luciana*

I – RELATÓRIO

Foi encaminhada a Assessoria Jurídica do Legislativo para emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº 021, de 13 de maio de 2024, de autoria do vereador Júlio Cesar Ribeiro, que objetiva denominar estrada rural vicinal que liga o município de Gonçalves ao Bairro Dona Luciana.

É o sucinto relatório. Passo a análise jurídica.

II – ANÁLISE JURÍDICA

2.1. Da Competência e Iniciativa

O projeto versa sobre matéria de competência do Município, encontrando amparo no artigo 30, inciso I da Constituição da República e no artigo 10, I da Lei Orgânica Municipal.

A iniciativa é concorrente, conforme dispõe a Lei Orgânica Municipal, portanto o vereador é legítimo para a propositura.

Verificada a regularidade formal quanto a competência e iniciativa, nesse sentido, a Assessoria Jurídica do Legislativo *OPINA, s.m.j.*, favorável a tramitação da propositura nesta Casa de Leis, desde que observadas os procedimentos legais e regimentais vigentes.

2.2. Da possibilidade legal

O projeto em comento não fere o disposto no artigo 203 da Lei Orgânica Municipal, logo, não há óbice a presente pretensão.

2.3. Da Tramitação e Votação

A propositura deverá ser submetida ao crivo das Comissões Permanentes de **Legislação, Justiça e Redação** (art. 74, I do R.I.).

Após a emissão dos pareceres na forma regimental e a posterior inclusão na ordem do dia, a propositura poderá ser deliberada em **turno único** de discussão e votação, conforme prevê o art. 119 do R.I.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, a Assessoria Jurídica opina pela **POSSIBILIDADE JURÍDICA** da tramitação, discussão e votação do projeto de lei ora examinado.

A emissão de parecer por esta Assessoria Jurídica não substitui os pareceres das Comissões Permanentes, porquanto essas são compostas pelos representantes do povo e constituem-se em manifestação efetivamente legítima do Parlamento.

É o parecer, salvo melhor juízo das Comissões Permanentes e do Plenário desta Casa Legislativa.

Gonçalves, 10 de junho de 2024.

Leandro Neto
Assessor Jurídico do Legislativo
OAB/MG 151.164
Matrícula: 037-3